

GESTÃO

Parecer do TCE aprova contas do Governo de 2024

Conselheiro Marcio Monteiro entregou relatório na Alems


 07 outubro 2025 - 16h47 | Por Redação Douranews



Marcio Monteiro, com Gerson e Corrêa na Alems - (Foto: Divulgação)

O conselheiro Marcio Monteiro, corregedor-geral do TCE-MS (Tribunal de Contas do Estado) entregou nesta terça-feira (7) à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul o parecer prévio sobre a prestação de contas do Poder Executivo referente ao exercício de 2024. O documento, que recebeu parecer favorável à aprovação, foi entregue ao presidente da Casa, deputado Gerson Claro (PP), e ao 1º secretário, deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Marcio Monteiro estava acompanhado do chefe de gabinete da Presidência, Ricardo Koim, e do diretor-jurídico, Luiz Henrique Volpe Camargo durante a visita à Alems.

De acordo com o presidente da Assembleia, o parecer do Tribunal será encaminhado à Comissão de Execução Orçamentária, responsável por analisar o documento e emitir um parecer técnico antes da votação em plenário.

“O parecer do Tribunal de Contas é fundamental para dar transparência e credibilidade ao processo de fiscalização das contas



Mais Lidas

- EXPEDIENTE**
 Vereadora quer volta do período integral no serviço público
- LUTO**
 Morre ex-gerente da Telem em Dourados
- ASSÉDIO MORAL**
 Servidoras da Agepen são investigadas em Dourados
- "DUPLA COBRANÇA"**
 Aposentada processa Brade e pede suspensão imediata descontos
- DOURADOS**
 Câmara contrata novo advogado, 'sob suspeita'

públicas. A análise técnica feita pela Corte orienta o trabalho dos deputados, que têm a responsabilidade de julgar as contas do Executivo com base em critérios técnicos e de interesse público”, destacou Gerson Claro.

O parecer prévio do TCE é uma avaliação técnica sobre a regularidade da gestão fiscal e financeira do governo, levando em conta o cumprimento das metas orçamentárias e fiscais, a execução de políticas públicas e a transparência na aplicação dos recursos. Embora tenha caráter orientativo, o parecer serve de base para o julgamento político das contas, que é de competência exclusiva dos deputados estaduais.



DEIXE SEU COMENTÁRIO



LEIA TAMBÉM



SEBRAE
Missão leva 12 municípios de MS a Iquique



IMÓVEIS
Governo do MS dá desconto de 30% nas doações até 30 de dezembro



CICLO ESTRATÉGICO
Summit Sicredi de Estratégia promove alinhamentos



PREÇOS
Procon apura queda de 6% na cesta básica



ÍDOLOS
Zico e Clóvis de Barros prendem público do Empreende



NÚMEROS
Governo fecha acumulado do ano com déficit de R\$ 61 bi